



CIHA
CENTRO DE INVESTIGAÇÕES
HISTÓRICAS E ANTROPOLÓGICAS

TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA –
14-16 de octubre de 2015

FRONTERA BOLIVIA-BRASIL: PUEBLOS Y ACTORES HISTÓRICOS EN CONCEPCIONES DE LÍMITES TERRITORIALES EN TIERRAS BAJAS

Mateus Brunetto Cari (UFGD) – Pós-colonialismo e missões Jesuíticas na América Platina: uma abordagem geopolítica frente ao imperialismo ibérico

Essa pesquisa é resultado de um trabalho de conclusão do curso de Relações internacionais da UFGD que tem como objetivo analisar as missões jesuíticas na América Platina, evidenciando a Província do Paraguai, a partir de uma abordagem pós-colonial, analisando questões relativas à geopolítica e ao projeto de autodeterminação de sujeitos subalternizados pelas metrópoles (Espanha e Portugal). Segundo António José Telo Portugal e Espanha representam as bases do que pode ser chamado de primeiro sistema mundial, foram os precursores da primeira forma bipolar de se conduzir a política internacional e os primeiros a abraçarem a América e lançarem as bases da colonização. Desse modo, a experiência histórica das reduções jesuíticas da Província do Paraguai pode ser entendida como um projeto pioneiro inacabado descolonial? Ou a reprodução de um colonialismo interno a partir do olhar de Quijano? Essa pesquisa utilizou como fontes as literaturas da historiografia jesuítica e trabalho documental. Procura-se, também, entender os aspectos geopolíticos da região Platina, contextualizando, dentro da história das Relações Internacionais, os autores que discorrem sobre o tema, tais como Yvis Lacoste, Hatzel, La Blache; em um contexto mais específico sobre as metrópoles e a Companhia de Jesus têm-se os escritos de António José Telo, Joaquim Veríssimo Serrão, Clóvis Lugon, Miranda Neto, Bartolomeu Meliá, Arno Alvarez Kern.

Otávio Ribeiro Chaves (UNEMAT) – Fortificações portuguesas: artefatos de defesa e de comércio (1769-1789)

Desde a primeira metade do século XVIII, colonos, religiosos, comerciantes e funcionários régios que viviam na Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (1727) e nos arraiais mineradores do Vale do Guaporé, procuraram as antigas missões jesuítas espanholas do Vice-Reinado do Peru para entabular negociações comerciais. Atividades estas que eram consideradas pela Coroa portuguesa como ilícitas. Nesse mesmo período, eram frequentes as reclamações dos senhores proprietários sobre a fuga de escravos para as terras hispânicas. As províncias jesuíticas de Moxos e Chiquitos eram densamente populosas, bem diferente das terras ocupadas pelos luso-brasileiros. A partir da década de 1770, a Coroa lusa, através do gabinete do Marques de Pombal, organizou de forma sigilosa o comércio com as antigas missões jesuíticas: buscava-se assim drenar a prata de Potosí via a fronteira oeste da América portuguesa. As fortificações de Nossa Senhora da Conceição (1766) (depois, Bragança em 1769) e o Real Forte Príncipe da Beira (1776) foram palcos estratégicos dessas operações. Nesta comunicação, iremos discutir sobre o papel desempenhado por estes dois baluartes de defesa no apoio a prática de contrabando com as antigas missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, como também destacaremos as funções desenvolvidas pelos agentes envolvidos nessas operações.

Elmar Figueiredo de Arruda (Escola Quilombola Maria de Arruda Muller) – O contrabando entre a capitania de Mato Grosso, Moxos e Chiquitos: seus atores e caminhos percorridos- século XVIII.

Neste trabalho procuramos entender os limites do contrabando entre as coroas portuguesa e espanhola no período do século XVIII. Qual o tipo de comércio, como é possível sendo fronteiras rivais e qual o envolvimento das populações do entorno. O contrabando a partir de Mato Grosso com Moxos e Chiquitos foi demasiado num único período, quando governaram Mato Grosso os irmãos Albuquerque, nos demais períodos não se encontra a efervescência deste comércio isto se explica na prática de comércio que estes dois governantes imprimiram nesta capitania, capitaneando seus negócios e possibilitando preços impossíveis de serem batidos pelos demais comerciantes que trabalhavam na região, suas embarcações ou aqueles que pertenciam ao seu grupo mercantil tinham salvo conduto ou facilidades nas passagens de



CIHA
CENTRO DE INVESTIGAÇÕES
HISTÓRICAS E ANTROPOLÓGICAS

TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA – 14-16 de octubre de 2015

registro, tanto na via do norte como no sul. Mas também contavam com o favorecimento do lado espanhol, tanto da administração quanto dos padres e um sistema propício aos negócios.

Luiz Gabriel de Souza Nogueira (UFGD) – Registros Paroquiais e a presença indígena na freguesia de Nioaque 1878-1890: breves apontamentos

A utilização dos registros paroquiais não é novidade na historiografia brasileira. O grande acervo criado pela Igreja Católica em seus longos anos de atuação na realidade social do Brasil já foi e tem sido alvo de interesse de historiadores em diversas regiões do país. Na presente comunicação procuramos demonstrar, mesmo que brevemente, algumas potencialidades com o uso dessa documentação, apresentando um livro de registros de batizados que temos analisado para desenvolvimento de pesquisa de Mestrado em História (PPGH-UFGD) e, da mesma forma, realizar alguns apontamentos sobre a presença indígena na região da então freguesia de Nioaque durante o período de 1878-1890, através da análise do mesmo livro de batizados, encontrado na paróquia da cidade. Para tanto, discutiremos com uma bibliografia especializada sobre o assunto e apresentaremos alguns dados sobre os padrões de ilegitimidade e a presença de etnias diversas – fundamentalmente a Terena – no território compreendido pela freguesia de Nioaque.

Zulmária Izabel de Melo Souza Targas (UFGD) – Atuação das casas comerciais importadoras/exportadoras em uma região fronteiriça (1890-1914)

Foi a partir da liberação da navegação brasileira pelo rio Paraguai, consolidada após o final da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870) que Mato Grosso se inseriu na economia mundial, através das relações comerciais que se davam por meio da navegação pela Bacia Platina (composta pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e seus afluentes) que dá ligação ao Oceano Atlântico. Nesse contexto, surge a presença de casas comerciais importadoras e exportadoras que mantinham relações comerciais com países europeus e platinos, além de outras praças brasileiras. Essas empresas importavam tanto produtos de primeira necessidade como artigos de luxo, e exportavam principalmente borracha, couros vacuns, poaia, penas e couros de animais silvestres. Essas casas comerciais atuaram em várias cidades mato-grossenses e algumas delas possuíam também uma sucursal em algumas cidades/vilas bolivianas. Onde inseriam produtos importados e exportavam gêneros extrativos, principalmente a borracha. Essa presença em ambos os países, em geral em localidades fronteiriças permite destacar o papel do comércio ilícito motivado em grande parte pela enorme diferença das taxas de impostos cobrados pelo Brasil em relação à Bolívia. Dessa forma, busco analisar o papel desses comerciantes (geralmente chamados de aviadores) na zona fronteiriça de Mato Grosso com a fronteira oriental boliviana.

Ernesto Cerveira de Sena (UFMT) – Sedução e escravidão na zona fronteiriça – Bolívia e Brasil

Nesta apresentação, abordarei o caso particular de uma escrava “seduzida” para atravessar a fronteira e aspectos mais amplos na zona de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. As reclamações dos dirigentes de Mato Grosso em relação ao “sedutor” boliviano, quando o Império era o único país declaradamente a defender a instituição escravista na América do Sul, nos remete a uma série de considerações, como também a possibilidade de aventarmos hipóteses sobre a escravidão na região fronteiriça. Além da contínua falta de “espaço” para reivindicar legitimidade do regime escravocrata entre os países Ocidentais que se queriam “civilizados”, e com certo grau de liberalismo, nas décadas após as independências, a escravidão também incorria principalmente em alguns pontos: As estratégias de ocupação ou reivindicação territorial em relação aos países que deveriam estabelecer limites; Ao mesmo tempo, uma série de medidas eram tomadas para não deixar fugir as “propriedades”, mão de obra tida como fundamental na metade do Oitocentos, nos empreendimentos de Mato Grosso; Não menos importante, eram as legislações em que se poderiam lançar mão, ou para capturar ou para livrar cativos; Por último, as investidas contra escravos (aquilombados ou não) por via armada, inclusive em território considerado boliviano por autoridades institucionais.



CIHA
CENTRO DE INVESTIGAÇÕES
HISTÓRICAS E ANTROPOLÓGICAS

TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA – 14-16 de octubre de 2015

Monique Cristina de Souza Lordelo (USP) – Formação de quilombos na fronteira entre Brasil e Bolívia

O objeto deste artigo é a escravidão negra na fronteira entre Brasil e Bolívia, e o objetivo é destacar a formação de quilombos nesse espaço. O foco espacial deste estudo é a capitania do Mato Grosso e seu entorno fronteiriço, o que implica nas terras da Bolívia, principalmente, nas missões jesuíticas espanholas de Moxos e de Chiquitos. O marco cronológico estabelecido é meados do século XVIII, a partir da criação da capitania de Mato Grosso (1748) até meados do século XIX, quando a capital da capitania de Mato Grosso deixou de ser Vila Bela da Santíssima Trindade e foi transferida para Cuiabá. Observei na documentação do século XVIII - e ainda, por analisar no século XIX - que os quilombolas faziam comércio e frequentavam ao entorno do quilombo, e que os locais escolhidos por eles eram geralmente abundantes em caça e pesca; tinham suas próprias roças com plantações de milho, feijão, mandioca, batatas, carás, bananas e criavam galinhas; já com o algodão faziam panos grossos para se cobrir; e podiam ainda praticar a extração de ouro e diamantes, e era nessa atividade que encontrava-se a grande preocupação das autoridades coloniais. Toda a capitania do Mato Grosso fazia fronteira com as terras espanholas. No entanto, mais do que uma fronteira política que limitava essas duas coroas ibéricas, as fronteiras luso-espanholas foram espaços no qual diferentes grupos sociais inventavam práticas. Esse espaço de convívio de diferentes identidades na fronteira oeste da capitania, assim como as fugas de escravos negros para os domínios hispânicos e formação de quilombos foram constantes durante todo o período colonial, e não cessaram durante o período imperial.

João B. Lobo dos Santos (UFMT) – Ocupação da fronteira oeste: na burla da lei de terras, a fronteira perde seus limites

O presente trabalho, se propõem a criar uma base de investigação histórica com o intuito à analisar o processo de ocupação das terras da fronteira oeste, tendo como base as sesmarias, observando a ocupação pelas famílias a sua passagem por herança ou venda, relacionando-as com a Lei de terras de 1850, quando das “terras devolutas”. O conceito originado ganha proporções quanto a discussão da questão de terras no Brasil, a partir da Lei de Terras de 1850 correlacionada as sesmarias, ou ao sistema de colonização das terras brasileiras durante o período português, neste caso (1700-1822), das terras devolutas na utilização da palavra posterior a 1850 e da anexação destas as sesmarias e a posse restrita, mostram o relacionamento com os ciclos econômicos agropastoris na região de fronteira no período. Do ponto de vista histórico existe uma lacuna sobre as reais pretensões quanto a ocupação destas terras, por famílias e grupos, que ladeavam a fronteira com a Bolívia, e uma prospecção geográfica sobre a influência destas posses no entorno da fronteira as mudanças demográficas e delimitadoras, ambas aliadas podem contribuir em mais de um sentido para a discussão sobre a ocupação e delimitação do território nacional.